

XII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA

Brasil e América Latina no Capitalismo Contemporâneo:
contradições e perspectivas do desenvolvimento

TÍTULO DO TRABALHO:

América Latina, Brasil e a Região Nordeste: um espaço em retalhos

ÁREA DE INTERESSE: Economia Agrária, Espaço e Meio-ambiente
SUB-ÁREA: 13 – Economia, Espaço e Urbanização

AUTORES:

Maria do Socorro Gondim Teixeira

tmsgondim@uol.com.br

Doutora em Comunicação – ECA/USP; Professora Associada I do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGECON/UFRN; Professora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção – PEP/UFRN.

Rosângela dos Santos Alves Pequeno

rosangela.pequeno@yahoo.com.br

Mestranda em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, área de concentração – Economia Regional.

Jefferson Teixeira Dantas

jefeconomista@yahoo.com.br

Mestrando em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, área de concentração – Economia Regional.

ENDEREÇO:

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA

Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGECON

Campus Universitário, s/n – Lagoa Nova Natal/RN

CEP: 59.072-970 Tel.: (0xx) 84 3215-3510 Fax: (0xx) 84 3215 - 3512

ABRIL - 2007

RESUMO

Este artigo objetiva focar a trajetória histórica e as características econômicas atuais do Nordeste brasileiro, diante da internacionalização do espaço, apontando para formação de espaços diferenciados e retalhados. A importância deste estudo justifica-se à medida que, num espaço globalizado, onde atividades econômicas nacionais e internacionais buscam as localidades mais lucrativas, resultado da maior fluidez e mobilidade do capital, novos desafios são impostos aos agentes, uma vez que a competição regional aumenta e as possibilidades de controle desses movimentos reduzem. Como procedimento metodológico, realizou-se uma revisão bibliográfica da literatura econômica regional, em seguida examinou-se o processo de desconcentração espacial da produção, tomando como exemplo três estados que apresentam diferentes graus de crescimento e desenvolvimento: Bahia, Rio Grande do Norte e Piauí. Uma breve análise dessas economias evidencia a hipótese de um elevado nível de heterogeneidade regional. Assim, constata-se que a liberalização comercial promoveu uma inserção restrita e seletiva do espaço. Destarte, muitas áreas do Nordeste permanecem em situação de atraso relativo, apesar do crescimento e desenvolvimento diferenciados que ocorrem nas áreas em expansão. O desafio é a continuidade do crescimento dessas áreas, num mercado integrado, cada vez mais competitivo e como integrar as demais áreas que estão fora desse dinamismo.

Palavras-Chave: Nordeste, Desenvolvimento, Internacionalização

ABSTRACT

This article aims at to focus the historical path and the current economical characteristics of the Brazilian Northeast, due to the internationalization of the space, appearing for formation of differentiated and shredded spaces. The importance of this study is justified as, in a globalized space, where national and international economical activities look for the most lucrative places, result of the largest fluidity and mobility of the capital, new challenges are imposed the agents once the regional competition increases and the possibilities of control of those movements reduce. As methodological procedure it was accomplished a bibliographical revision of the regional economical literature, soon after it was examined the process of decentralization space of the production taking as example three states that they show different degrees of growth and development: Bahia, Rio Grande do Norte and Piauí. An abbreviation analysis of those economies evidences the hypothesis of a high level of heterogeneity regional. Like this, it is verified that the commercial liberalization promoted a restricted and selective insert of the space. This way, a lot of areas of the Northeast stay in situation of relative delay, in spite of the growth and development differentiated that happen in the areas in expansion. The challenge is the continuity of the growth of those areas, in an integrated market, more and more competitive and how to integrate the other areas that are out of that dynamism.

Key words: Northeast, Development, Internationalization

1 INTRODUÇÃO

A crescente internacionalização da produção e o surgimento de grandes blocos econômicos que reestruturaram os cenários internacionais incorporaram novos elementos ao debate econômico e político. Assim sendo, nas últimas décadas, observou-se que duas tendências concomitantes no mercado internacional contemporâneo tornaram-se mais intensas: a globalização e a regionalização da economia. A globalização vista não só pela universalização do conceito de mercado livre, mas também pela ampliação do próprio conceito de mercado, que envolve o conceito político, social e cultural. Por outro lado, tem-se a regionalização, que visa fortalecer a base produtiva local e atua em um espaço em escala mais reduzida. Entretanto, apesar da globalização ser um movimento que opera em escala mundial, aparentemente, oposto da regionalização, ambas coincidem na busca de uma inserção em um contexto mais amplo, tanto regional quanto mundial.

Dessa forma, a reestruturação econômica internacional, produto da crise de expansão do capitalismo contemporâneo, é um dado fundamental para a compreensão dos fenômenos regionais. É nessa perspectiva que o foco principal deste trabalho é a Região Nordeste do Brasil, por apresentar fortes sinais de vulnerabilidade em sua economia, frente a espaços dotados de estruturas econômicas modernas e ativas, responsáveis, em grande parte, pelo desempenho positivo das atividades econômicas na região. Assim, nas últimas décadas, constatou-se uma forte tendência de desconcentração espacial da produção, evidenciando o aumento da heterogeneidade intra-regional. Dessa forma, usando uma expressão de OLIVEIRA (1981) surgiram “arquipélagos” de prosperidade, lado a lado com a pobreza. Existem, portanto na região, simultaneamente focos de dinamismo e estagnação, avanço das forças produtivas em alguns espaços combinado com a regressão em outros.

Tomando como base o contexto econômico acima, esse trabalho objetiva enfocar a trajetória histórica recente e as características atuais da economia da Região Nordeste do Brasil, diante da internacionalização do espaço regional, apontando para a formação de espaços diferenciados e retalhados. Assim, dentro de um processo de globalização e fragmentação do sistema produtivo, emprega-se como instrumento auxiliar de análise, o papel que desempenha nesse processo o Estado articulado com o capital, as transformações tecnológicas e as novas formas do trabalho incorporadas aos processos produtivos.

A fim de cumprir o objetivo proposto acima, o presente texto, além desta breve introdução, está assim organizado: na segunda parte apresenta-se, sob uma perspectiva histórica, uma sucinta descrição da dinâmica geral das atividades econômicas do Nordeste; na terceira parte, busca-se examinar o processo de desconcentração espacial da produção regional, entre os anos de 1985 a 2004, tomando como exemplo, três estados do Nordeste que se encontram em diferentes graus de

crescimento e desenvolvimento econômico: a Bahia, o Rio Grande do Norte e o Piauí; na quarta parte, destacam-se as principais áreas dinâmicas e os espaços tradicionalmente consagrados como da seca e da miséria, evidenciando a heterogeneidade da região. Por fim, encerra-se esse trabalho tecendo algumas considerações finais sobre as perspectivas de desenvolvimento para a região, articulado à economia globalizada.

2 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA REGIÃO NORDESTE

Historicamente, os principais problemas das economias latino-americanas, nas décadas de 1930 e 1940, que explicavam segundo a concepção da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), um esforço de industrialização, através da ação efetiva do Estado são devidamente enumerados por CASTRO (2005) da seguinte forma:

(1) a deterioração dos termos de troca (...); (2) o desequilíbrio estrutural no balanço de pagamentos, resultante da exportação de produtos de baixa elasticidade-renda e importação de produtos de alta elasticidade-renda (...); (3) os rendimentos crescentes da indústria (...); (4) o desemprego, visto como resultado do alto crescimento demográfico, da importação de técnicas capital intensivas, do baixo crescimento da demanda internacional por produtos primários e da insuficiência no desenvolvimento de setores que poderiam absorver a mão-de-obra expulsa pelas máquinas; (5) a vulnerabilidade a ciclos econômicos, (...); (6) a inadequação de técnicas modernas à disponibilidade de recursos dos países “periféricos”; (7) a existência de economias de escala na indústria; e (8) a indivisibilidade do capital – o que justificava a ação do Estado dando o “passo inicial”. (CASTRO, 2005, p.143-144)

Particularmente no Brasil, o final da década de 1950 foi marcado pelo surgimento de vários movimentos “populares”, que reivindicavam por maior equidade regional, principalmente na Região Nordeste. É nesse processo, sob fortes influências da Escola Cepalina, que a temática sobre os desequilíbrios regionais se ampliou, elevando o nível de conscientização dos intensos contrastes existentes entre as diversas regiões do Brasil, mais especificamente, o Centro-Sul e o Nordeste. O resultado imediato foi uma profunda transformação na dinâmica produtiva espacial brasileira, principalmente, em relação à mudança no padrão de acumulação do capital. Nessa trajetória, o Estado brasileiro desempenhou um papel fundamental, pois a ele coube definir e implementar políticas nacionais para o desenvolvimento das atividades econômicas públicas e privadas que se expandiram pelo território nacional.

Cabe destacar, que nesse período, a economia nordestina apresentava um fraco dinamismo em sua base produtiva. O principal setor produtivo – o primário-exportador – estava em decadência e não tinha capacidade para continuar promovendo o desenvolvimento econômico da região, como ficou constatado no relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Dessa forma, a implantação da industrialização era necessária para superar as dificuldades criadas pela base agroexportadora nordestina. Assim, autores como ARAÚJO (2000), CANO (2002), OLIVEIRA (1981), entre outros, definem essa década, como o momento de

construção e consolidação de um processo de transformação da economia regional quando, através de estudos sistemáticos se conhece de forma mais detalhada, as potencialidades econômicas, bem como os fatores que obstaculizavam o crescimento e desenvolvimento da economia nordestina.

Assim sendo, através do diagnóstico levantado pelo GTDN sobre a realidade da Região Nordeste, especialmente no que se refere à dinâmica econômica, constata-se a enorme disparidade de renda entre o Centro-Sul e o Nordeste, como destaca CANO (2002):

Em suma, ficava cada vez mais claro que os desequilíbrios regionais tendiam a se acentuar e que poderiam aumentar em face dos maciços investimentos de infra-estrutura e de indústria pesada decorrentes do programa de metas, que se concentravam principalmente em São Paulo, e isso desencadeava pressões políticas das demais regiões, reclamando tratamento prioritário de desenvolvimento. (CANO, 2002, p.127)

O diagnóstico contido no GTDN tem uma abordagem histórica, realçando o enorme desnível entre a região e o Centro-Sul, apontando o grave fato de que esse processo de diferenciação era cumulativo, tendendo, pois, a perpetuar e ampliar as diferenças. (CANO, 2002, p.130)

Diante desse quadro, as principais proposições apresentadas pelo relatório do GTDN para a Região Nordeste contemplavam ações específicas que pudessem transformar a realidade, principalmente na área do semi-árido, na Zona da Mata, no Vale do São Francisco, com um Projeto de Irrigação e com a instalação de um “Centro Autônomo Manufatureiro” que impulsionaria a industrialização de toda a região. Para tal, resolveu-se intensificar os investimentos, principalmente nas indústrias de base, dando destaque à produção siderúrgica (ferro, aço e indústrias mecânicas) e nas atividades industriais fortemente ligadas à base regional de recursos, ou seja, que aproveitassem as matérias-primas regionais. Vale salientar, que para o GTDN a maior preocupação com a indústria têxtil, já instalada na região, era criar projetos de modernização para esse parque industrial, a fim de prepará-lo para enfrentar a concorrência com as indústrias similares da Região Sudeste.

A partir da década de 1960, a economia brasileira inicia um processo de integração regional, envolvendo a transferência inter-regional de capitais produtivos. Dessa forma, percebe-se que de fato, as atividades industriais no Nordeste experimentaram uma rápida expansão no período, impulsionada pela política de incentivos fiscais e financeiros, posta em prática.

Segundo ARAÚJO (2000), as indústrias que mais receberam subsídios foram as chamadas indústrias “dinâmicas”, tais como: química (30%), metalúrgica (16%), de minerais não metálicos (7%), de material elétrico e de comunicações (4%), de papel e papelão (4%). Já as indústrias pertencentes aos principais segmentos tradicionais da região (têxtil, alimentos, vestuários e calçados) somaram menos de 30% do total dos investimentos realizados na região. O resultado foi uma mudança na estrutura da produção industrial do Nordeste, uma vez que o crescimento foi conduzido pelos setores não tradicionais da indústria nordestina.

Nesse novo contexto, o Nordeste assume uma nova função na divisão inter-regional do trabalho industrial no Brasil. Ainda, segundo a análise de ARAÚJO (2000), duas principais

características marcaram o crescimento industrial do Nordeste, nas duas décadas seguintes: *Dependência e Complementaridade*. A dependência esteve presente, sob vários aspectos, principalmente em relação aos recursos que financiaram a industrialização do Nordeste, apenas 26% eram de origem regional, já que estava no Sudeste a maior parte das empresas do país e, portanto, a massa principal dos recursos dos impostos. Também foi observada uma dependência quanto aos mercados para onde se destinava a produção, cerca de 58% do total da produção era destinada para mercados extra-regionais. Além disso, o fornecimento de insumos também era dependente, porque do total das indústrias beneficiadas pelos incentivos à industrialização, o equivalente a 48% de seus insumos utilizados eram comprados fora da Região, sendo 36% no mercado nacional e 12% no mercado internacional. Por fim, cabe destacar a dependência em relação à compra de equipamentos, cerca de 60% dos bens de capital eram comprados de outras regiões, em especial do Sudeste, 36% eram adquiridos no exterior e apenas 4% dos equipamentos eram provenientes do Nordeste.

Portanto, assiste-se ao desenrolar de um movimento de homogeneização do processo de reprodução do capital, o que, no julgamento de OLIVEIRA (1981), essa tendência à homogeneização dos espaços pela reprodução capitalista, presidida pelo processo de concentração e centralização do capital, levaria ao desaparecimento das regiões, no longo prazo. Nesse sentido, esboça-se um espaço econômico integrado cuja região hegemônica, o Sudeste, lidera o processo de acumulação, acarretando uma divisão inter-regional do trabalho que aos poucos estreita os limites das possibilidades de diversificação das atividades produtivas nas demais regiões.

A década de 1970 caracteriza-se pelo crescimento das atividades industriais e urbanas, que ganham espaço no ambiente econômico e passam a comandar o crescimento da produção na Região Nordeste. O setor industrial se destaca na produção de bens intermediários, que juntamente com os bens de consumo não-duráveis constituem os segmentos mais importantes do parque industrial regional. Dessa forma, o Nordeste assume o papel crescente de fornecedor de insumos, notadamente do ramo químico, para a transformação final concentrada no Sudeste. Já o setor terciário foi o que mais cresceu ao longo desse período, refletindo a importante atuação do setor público, do sistema financeiro, que aumentou sua participação em nível nacional e regional com o crescimento da inflação a partir do final dos anos 70 e, finalmente, do chamado setor informal.

Nos anos 80, a instabilidade dos principais indicadores macroeconômicos nacionais provocou intensas mudanças, afetando sobremaneira, a dinâmica da economia nacional e regional. Um breve exame da política econômica revela um conjunto de medidas, com o objetivo de enfrentar a crise econômica, entre elas nos anos de 1984/1985, quando as principais atividades econômicas do país voltam-se para o mercado externo. O comércio internacional passa a ser visto como um poderoso mecanismo de elevação da produtividade dos recursos produtivos e de promoção para o

crescimento econômico. O Nordeste também tende a seguir o padrão nacional e eleva a sua participação no mercado internacional. Dentro dessa conjuntura, as questões de longo prazo, como crescimento econômico e desigualdades regionais ficaram relegadas a um segundo plano, enquanto evidenciaram-se os fatos políticos como a Constituição de 1988 e os sucessivos planos de estabilização para a economia entre os anos 1986-1990.

Na década seguinte, comparando a experiência brasileira com a de outros países latino-americanos, o ritmo e a extensão das reformas ocorreram de forma moderada, em virtude das dificuldades pela qual a economia nacional vinha atravessando, após anos de baixo nível de investimento. Assim, a federação brasileira, em meados dos anos 90, intensifica as mudanças políticas e econômicas, com a aceitação das regras impostas pelo Consenso de Washington, que fortalece a ideologia neoliberal no Brasil. A reinserção da economia brasileira no mercado financeiro internacional fez o Brasil adotar políticas macroeconômicas compatíveis com as ditadas pelos organismos financeiros internacionais. E com isso, teve que estabelecer um plano de estabilização, que requereu o saneamento das contas públicas, tanto na administração direta (federal, estadual e municipal), como nas empresas estatais.

Ao longo dos anos 90, os efeitos da abertura comercial para o desenvolvimento regional brasileiro foram bem diferenciados. No Nordeste, reconhece-se que, com a possibilidade de importação, a introdução de novas tecnologias em indústrias intensivas de mão-de-obra e a produção de bens de melhor qualidade foram condições necessárias para evitar cada vez mais o distanciamento tecnológico do Centro-Sul do país. Como bem destacam os autores GALVÃO E VERGOLINO (2004, p.88): “O exemplo mais notável é o das novas indústrias de fiação e tecelagem da região, que passaram a operar com teares de última geração importados do exterior (...)”. Entretanto, a região ainda apresenta sérios problemas de competitividade, principalmente, em relação aos seus produtos tradicionais.

Assim, dentro desse contexto econômico e político da América Latina, o Brasil ingressa no século XXI, objetivando ter indicadores fiscais mais sólidos, com o controle da inflação e regras de política econômica relativamente mais estável e, conseqüentemente, torna-se mais competitivo internacionalmente. Em relação à Região Nordeste, verifica-se através da vasta literatura especializada contemporânea, resultado de um grande número de estudos e pesquisas, que as expectativas de longo prazo, especialmente para o açúcar e os seus derivados, apresentam um enorme potencial de desenvolvimento, tanto para o atendimento do mercado interno quanto externo. A seguir será examinado, de forma mais detalhada, o processo de desconcentração espacial da produção, ocorrida entre os anos de 1985 a 2004, e as alterações mais importantes da economia da Região Nordeste para enfrentar os desafios de inserção na economia nacional e internacional.

3 O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO REGIONAL

Em um país como o Brasil, que possui dimensões continentais com profunda diversidade econômica, política, social e até mesmo cultural entre suas regiões, faz-se necessário considerar as disparidades, para melhor entender o processo da desconcentração espacial da produção. Essas desigualdades, em âmbito regional, decorrem das diferentes estruturas produtivas de cada região e do processo pelo qual as regiões se integram ao mercado nacional e internacional. A forma como se dá esse processo acaba se refletindo na repartição do Produto Interno Bruto (PIB) entre as unidades da federação, podendo trazer enormes dificuldades para a atuação do Estado, em tentar atenuar as desigualdades regionais, através de transferências de rendas compensatórias.

Dessa forma, a produção considerada espacialmente depende da dotação de recursos naturais, do nível de tecnologia e de recursos humanos, de decisões políticas atuais e passadas e de aspectos culturais, entre outras possíveis razões. Isso tudo se reflete no processo produtivo das unidades federativas. Assim, nas últimas décadas observou-se uma desconcentração da produção regional, resultado da desaceleração da atividade produtiva, causada pela crise fiscal e financeira pelo qual vinha passando o Brasil. Vale salientar, que a desconcentração exposta, neste trabalho, é a chamada intra-regional, processo pelo qual os estados mais desenvolvidos de uma região apresentam taxas de crescimento menores que os estados menos desenvolvidos.

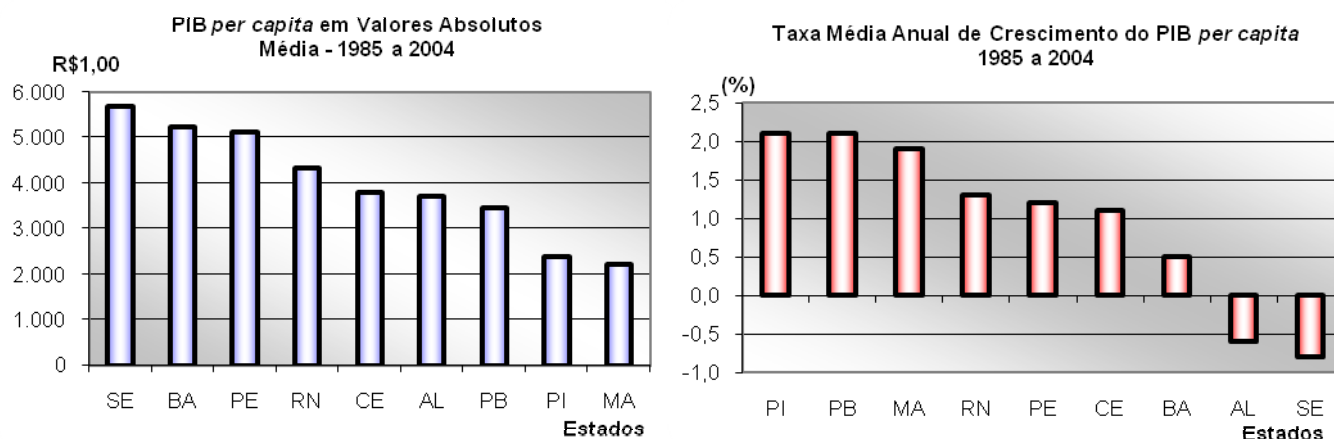
Segundo autores como PACHECO (1998), ARAÚJO (2000), GALVÃO e VERGOLINO (2004), entre outros, existe na literatura econômica contemporânea, um interesse particular pela compreensão dos determinantes da desconcentração espacial da atividade econômica, visto que a trajetória da industrialização nacional ocorreu com a concentração produtiva no estado de São Paulo. Não há dúvidas, que nas últimas décadas, houve uma intensa migração do Centro-Sul de diversas indústrias, principalmente as que utilizam de forma intensiva a mão-de-obra, em direção a Região Nordeste, atraída pelos salários mais baixos, inexistência de fortes movimentos sindicais e, sobretudo, pelos incentivos fiscais oferecidos pelos Governos locais.

Nesse contexto, ARAÚJO (1999) destaca novas forças que induziram a desconcentração espacial, tais como: a abertura comercial que favoreceu os pólos exportadores, as mudanças tecnológicas que reduziram os custos de investimentos, o papel da logística que ganhou espaço nas decisões de localização dos estabelecimentos, a importância da proximidade do cliente final para as diversas atividades e a ação efetiva de Governos locais oferecendo incentivos, entre outros.

Assim, na Região Nordeste, esse fenômeno foi bem visível. Essa desconcentração espacial pode ser aferida a partir das taxas de crescimento do PIB registradas ao longo das últimas décadas. E, paralelamente, também se observa um progresso na evolução de outros indicadores como, por exemplo, a renda *per capita*. Dessa forma, os estados nordestinos que apresentaram menor nível de

renda *per capita* em termos absolutos, entre os anos de 1985 a 2004, período de análise desse trabalho, foram os que obtiveram taxas de crescimento mais elevadas, comparativamente àqueles mais ricos. Nesse contexto, três estados do Nordeste que se encontram em diferentes graus de desenvolvimento econômico, merecem menção: a Bahia, o Rio Grande do Norte e o Piauí. A escolha desses estados se justifica, na medida em que eles representam a heterogeneidade do universo dos estados do Nordeste, uma vez que a Bahia representa o estado mais desenvolvido, o Rio Grande do Norte ocupa uma posição intermediária e o Piauí apresenta a menor economia da região.

Segundo os dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os anos de 1985 a 2004, tomando como base a média desse período, verifica-se que o estado do Piauí apresentou um crescimento médio anual do PIB *per capita* de 2,1% a.a., enquanto o Rio Grande do Norte teve um crescimento de 1,3% a.a. e a Bahia apenas 0,5% a.a.. Por outro lado, em termos absolutos, a renda média *per capita* desses estados no período considerado foi: R\$ 2.398 para o Piauí, R\$ 4.318 para o Rio Grande do Norte e R\$ 5.244 para a Bahia. Considerando que o Piauí representou no período, apenas 3,43% do total da economia da região, o Rio Grande do Norte 5,91% e a Bahia 34,18%, constata-se que a Região Nordeste efetivamente foi palco do processo da desconcentração espacial da produção, conforme mostra o Gráfico 1, abaixo.



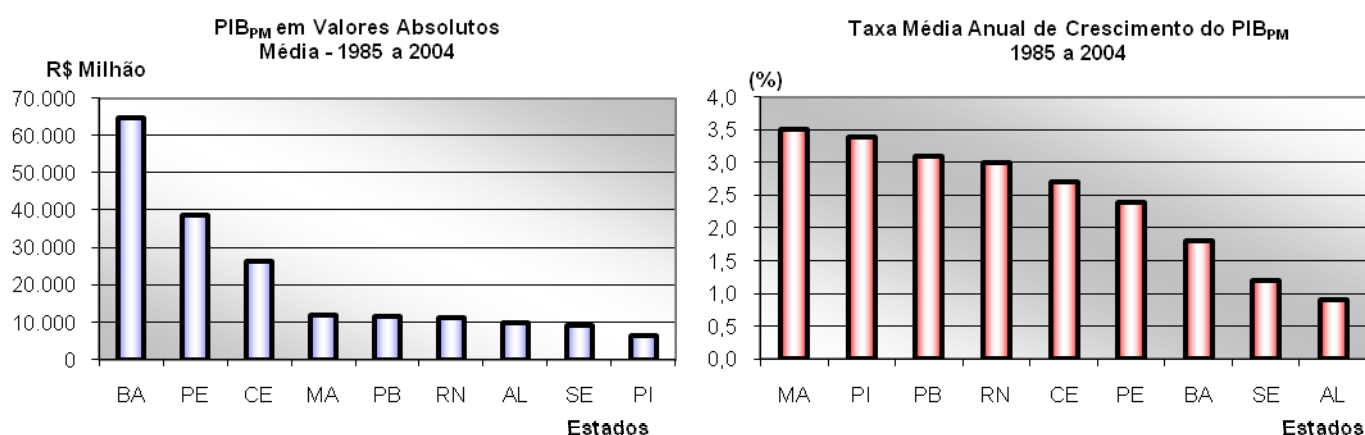
Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados. Valores deflacionados pelo Deflator Implícito (DI) para valores do ano de 2004. (Elaboração Própria)

GRÁFICO 1 – Região Nordeste: os valores médios absolutos do PIB *per capita* e a taxa média anual de crescimento real dos estados da região nordeste – 1985- 2004

Observa-se ainda, no gráfico 1, que o Piauí foi o estado da Região Nordeste que teve a maior taxa média anual de crescimento, ocupando a primeira posição. O Rio Grande do Norte obteve a quarta posição, e a Bahia ocupou a sétima posição, ficando atrás do Ceará. Contudo, esse comportamento altera quando analisado através dos valores absolutos: o Piauí passou a ocupar a

oitava posição, o Rio Grande do Norte continua na quarta e a Bahia a segunda posição, encontrando-se em situação inferior ao estado de Sergipe.

O padrão de crescimento da economia dos estados nordestinos, no período 1985-2004, pode ser mais bem interpretado a partir da análise das taxas de crescimento do PIB a preço de mercado (PIB_{pm}). O Gráfico 2 mostra o *ranking* dos estados em relação ao seu crescimento econômico e ao PIB_{pm} em valores absolutos. O mesmo fenômeno que aparece quando se analisa o PIB *per capita* ocorre com o PIB_{pm} . O Piauí correspondeu ao estado de menor economia da região, em valores absolutos, mas que vem se destacando, nos últimos anos, alcançando a segunda maior taxa de crescimento (3,4% a.a.) da região. O Rio Grande do Norte, por sua vez, deteve uma posição intermediária na economia da região, vista através dos valores absolutos e pela taxa média anual de crescimento econômico no período (3,0% a.a.). Por fim, a Bahia ocupou a primeira posição, em valores absolutos, confirmando ser o estado mais desenvolvido da Região Nordeste. Contudo, na última década, apresentou um crescimento médio de apenas 1,8% a.a. ocupando o sétimo lugar.



Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados. Valores deflacionados pelo Deflator Implícito (DI) para valores do ano de 2004. (Elaboração Própria)

GRÁFICO 2 – Região Nordeste: os valores médios absolutos do PIB_{pm} e a taxa média anual de crescimento dos estados da região nordeste – 1985 - 2004

Segundo CANO (1998), entre os principais fatores que contribuíram para as efetivas manifestações dessa desconcentração da produção, pode-se citar para a Região Nordeste: a alocação de grandes investimentos petrolíferos de extração, principalmente no estado da Bahia; a introdução de novos projetos agroindustriais irrigados e as políticas de incentivo ao turismo. Assim, este trabalho considerando como hipótese inicial a existência de um elevado nível de heterogeneidade da Região Nordeste, avaliará na próxima parte as principais áreas dinâmicas e os espaços consagrados como sendo da seca e da miséria.

4 ÁREAS DINÂMICAS x ÁREAS ESTAGNADAS

Em um espaço globalizado, onde as atividades econômicas nacionais e internacionais buscam as localidades mais lucrativas, objetivando uma maior fluidez e mobilidade do capital, novos desafios são impostos aos agentes locais, pois a competição regional se eleva e as possibilidades de um maior controle desses movimentos se reduzem. Neste sentido, as transformações ocorridas na economia brasileira, nas últimas décadas, repercutiram fortemente na Região Nordeste. A tradicional visão assistencialista, marcada fortemente pelas secas, contrasta com a formação de novas áreas modernas e dinâmicas que foram se desenvolvendo, ao longo do processo de desconcentração espacial da atividade econômica do país, denotando um desenvolvimento econômico desigual no espaço nordestino.

Nesse novo contexto, verificou-se que os espaços, cuja acumulação pública e privada aportou, passaram a despontar como “pólos dinâmicos” e constituíram-se nos principais pólos exportadores da região. Assim, nessa evolução da economia, o Nordeste mostrou uma situação interna bem diferenciada. Essas áreas dinâmicas contribuíram para uma maior inserção comercial externa e crescimento da região. Pode-se citar como exemplos: o Complexo Petroquímico de Camaçari, as zonas agroindustriais de Petrolina/Juazeiro e dos cerrados do Oeste da Bahia, o pólo têxtil/confeccões de Fortaleza, o pólo mineiro-metalúrgico Carajás – São Luís. Em menores dimensões, também surgiram outras áreas mais recentes de expansão, como o Agreste pernambucano (confeccões e pecuária), agricultura de grãos do Sul do Piauí e do Maranhão, bem como a fruticultura no Rio Grande do Norte (agropolo Assú-Mossoró).

Concomitantemente, ao surgimento desses novos espaços com uma base técnica modernizada, observa-se que o outro lado da realidade da Região Nordeste é constituído por determinadas áreas, onde ainda convivem com um baixo dinamismo econômico. Uma breve análise dos principais indicadores sociais revela que, nos últimos anos, apesar da melhoria apresentada em níveis gerais, ainda a fome e a miséria persistem. Segundo ARAÚJO (2000), nessas áreas predominam o domínio político das oligarquias tradicionais e a rigidez das velhas estruturas socioeconômicas. Duas principais e históricas áreas, a Zona da Mata e o sertão semi-árido, merecem especial atenção:

Na Zona da Mata, por exemplo, o processo de concentração fundiária tem aumentado nos anos recentes, e o monopólio da cana sobre as áreas cultiváveis se ampliou. No semi-árido, das secas também resulta o agravamento da já elevada concentração das terras em mãos de pouquíssimos produtores. (ARAÚJO, 2000, p.177)

(...) na Zona da Mata, úmida, mas monopolizada pela cana, a fome é mais grave, (...), definindo baixíssimos níveis nutricionais. No semi-árido, a produção alimentar embutida no latifúndio pecuário gerava uma boa base alimentar. A fome era passageira: ocorria quando a seca eliminava essa produção. Hoje, o sertão já conhece a fome crônica, tanto que, na seca passada (de 1983), foram encontrados casos de pelagra (doença de pele associada a altos índices de subnutrição). (ARAÚJO, 2000, p. 239)

Em virtude dessa forte heterogeneidade econômica, faz-se necessário uma análise mais detalhada do espaço nordestino. Neste sentido, tomando como referência, conforme já especificado, os estados da Bahia, Rio Grande do Norte e Piauí percebe-se uma grande seletividade espacial para os investimentos, resultando em diferentes trajetórias econômicas, evidenciando, assim, as especificidades de cada estado.

4.1 O ESTADO DA BAHIA (BA)

Espacialmente, segundo os dados do IBGE, o estado da Bahia ocupa a quinta posição em extensão territorial com 564.273,0 km², o equivalente a 36,4% do total da área do nordeste brasileiro. Em 2005, com uma população de 13,8 milhões de habitantes, totalizando 27% da população total do Nordeste, cerca de 66,5% dos habitantes viviam em espaços urbanos. Vale salientar, que nas últimas décadas, no decorrer de sua trajetória econômica, a Bahia apresentou um cenário macroeconômico bem adverso. Entre os anos de 1985 a 2004, a economia baiana calculada através do Produto Interno Bruto (PIB) obteve uma taxa média de crescimento (1,8% a.a.) inferior ao da economia do nordeste e da média nacional (2,3% a.a.). Destaca-se, ainda, a sétima posição ocupada pela Bahia no *ranking* dos estados do nordeste, em relação ao crescimento real da economia, nesse período, apesar de ter sido responsável por 34,18% do total da produção gerada na Região Nordeste.

Examinando o comportamento dinâmico comercial do estado da Bahia, verifica-se que as relações estabelecidas com o mercado internacional, no período de 1985 a 2006, acompanharam a tendência nacional em ampliar suas articulações com o exterior. Conforme os dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), através da Secretaria do Comércio Exterior (SECEX), em 1985 o total do valor das exportações da Bahia representava 67,4% do total do valor das exportações da Região Nordeste. Em 2006, a Bahia respondeu por 58,3% do valor total de todas as transações comerciais realizadas na região com o exterior. Desse modo, mesmo tendo uma relativa queda na participação da região, verifica-se que o estado vem crescendo constantemente, quando analisado os valores absolutos. As vendas do estado saltaram de US\$ 1,6 bilhão em 1985 para US\$ 6,7 bilhões no ano passado, conforme mostra a Tabela 1.

Cabe destacar que, analisando a pauta de exportação da Bahia, verifica-se que existem duas fortes presenças: a primeira refere-se aos derivados da indústria petroquímica, o que permite à Petrobrás contribuir com 16,8% no total do valor das exportações; e a segunda, a indústria automobilística – Ford Motor Company Brasil Ltda., que ocupa a segunda posição com 13,5%. Essas bases produtivas geradoras de divisas são resultado de um Estado desenvolvimentista fomentador da acumulação de capitais na esfera produtiva, cujo desempenho colocou a Bahia em uma posição privilegiada, em relação aos demais estados da Região Nordeste.

TABELA 1 – Nordeste/Bahia: evolução das exportações (1985 – 2006)

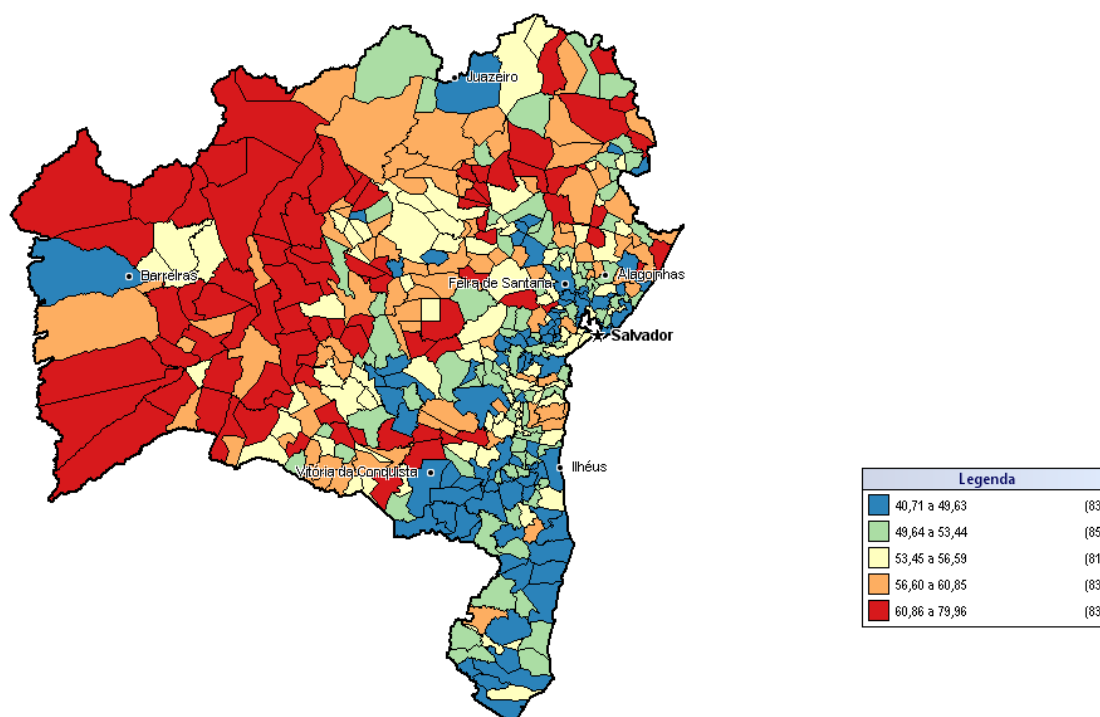
Em US\$ 1.000				
	Exportações do Nordeste		Exportações da Bahia	
	US\$ (FOB)	Var. Anual (%)	US\$ (FOB)	Var. Anual (%)
1985	2.428.577	-	1.636.274	-
1986	2.092.938	-13,82	1.133.345	-30,74
1987	2.439.093	16,54	1.270.903	12,14
1988	3.120.418	27,93	1.475.966	16,14
1989	2.879.063	-7,73	1.523.532	3,22
1990	3.030.397	5,26	1.453.388	-4,60
1991	2.859.771	-5,63	1.300.910	-10,49
1992	3.035.047	6,13	1.491.273	14,63
1993	3.012.647	-0,74	1.450.354	-2,74
1994	3.502.858	16,27	1.720.587	11,54
1995	4.239.999	21,04	1.919.192	-3,81
1996	3.854.865	-9,08	1.846.130	1,16
1997	3.960.561	2,74	1.867.606	-2,04
1998	3.720.485	-6,06	1.829.457	-13,57
1999	3.355.394	-9,81	1.581.146	22,88
2000	4.024.694	19,95	1.942.968	9,09
2001	4.184.171	3,96	2.119.651	13,70
2002	4.651.697	11,17	2.410.037	35,22
2003	6.107.494	31,30	3.258.772	24,68
2004	8.036.442	31,58	4.062.916	11,54
2005	10.554.317	31,33	5.987.744	47,38
2006	11.620.770	10,10	6.771.981	13,10

Fonte: MDIC/SECEX – Secretaria de Comércio Exterior. *Balança Comercial Brasileira por Regiões e Estados*.

A implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, ainda na década de 1970, constitui-se, até hoje, num dos principais pilares da crescente importância da indústria de bens intermediários, que em 2006, representou 56,8% do total do valor das exportações, na Região Nordeste. Esse investimento foi viabilizado, graças à participação das mais variadas fontes de financiamento, tais como: capitais privados nacionais, estrangeiros e, sobretudo, capital estatal. A pesquisa realizada pelos professores Policarpo Lima e Frederico Katz¹, citada por ARAÚJO (2000), mostra que esse Pólo contribuiu efetivamente para alterar estruturalmente a economia baiana, elevando o peso do setor secundário na composição do PIB do estado.

Outros pólos agroindustriais também merecem menção, como as áreas de Juazeiro – norte da Bahia, Barreiras – no oeste baiano e Itabuna e Ilhéus – litoral sul baiano, que têm estabelecido importantes relações comerciais externas. A moderna agricultura de grãos, por exemplo, a soja plantada por agricultores do Sul do país viabilizaram o seu cultivo nos cerrados baianos, através da utilização de novas tecnologias. Somente no município de Barreiras duas grandes plantas de processamento de soja e seus derivados foram instalados, elevando a produção, que se destina, em grande parte, a atender à demanda externa. Em Juazeiro encontram-se as exportações de frutas e Itabuna e Ilhéus a produção de cacau e seus derivados.

¹ Professores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que objetivando identificar na Região Nordeste as principais áreas dinâmicas, realizaram uma pesquisa. Com isso procuraram, por um lado, caracterizar e analisar os impactos gerados na economia local, e por outro, mostrar as perspectivas de expansão. (ARAÚJO, 2000)

FIGURA 1 – Bahia: mapeamento da intensidade da pobreza em 2000

Fonte: PNUD. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2007

A realidade baiana, comparada aos demais estados da Região Nordeste, apresenta uma base econômica mais sólida e diversificada. Acima, a Figura 1 permite identificar a localidade dos principais pólos exportadores. Verifica-se que nessas áreas existe uma menor intensidade de pobreza. Por outro lado, municípios baianos como Buritirama, Botuporã, Mansidão, Pilão Arcado e Quijingue, em 2000, possuíam os maiores índices de pobreza do estado, conforme mostra os principais indicadores sociais apresentados na Tabela 2.

TABELA 2 – Bahia: os principais indicadores socioeconômicos – ano de 2000

Municípios da Bahia		População Total	Renda per capita (R\$/1,00)	Índice de Gini	Intensidade de Pobreza (%)	IDH-M	Taxa de Alfabetização (%)	Taxa de Mortalidade até 1 ano (%)
Municípios que sediam Pólos Dinâmicos	Barreiras	131.849	229,24	0,63	46,09	0,723	84,42	46,90
	Camaçari	161.727	163,15	0,60	47,57	0,734	87,65	34,32
	Ilhéus	222.127	170,22	0,64	47,90	0,703	79,40	38,51
	Itabuna	196.675	207,40	0,64	47,75	0,748	84,86	29,84
	Juazeiro	174.567	175,15	0,63	46,00	0,683	79,55	54,50
MÉDIA		177.389	189,03	0,63	47,06	0,718	83,18	40,81
Municípios c/ Baixos Índices de Desenvolvimento	Botuporã	11.522	55,83	0,66	72,43	0,620	67,95	37,21
	Buritirama	17.797	40,52	0,75	79,96	0,582	64,14	45,71
	Mansidão	11.046	46,98	0,68	73,92	0,638	77,35	36,30
	Pilão Arcado	30.713	46,38	0,71	76,34	0,546	59,46	54,96
	Quijingue	26.376	55,09	0,69	71,66	0,526	55,45	78,33
MÉDIA		19.491	48,96	0,70	74,86	0,582	64,87	50,50

Fonte: PNUD. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2007. (Elaboração própria)

4.2 O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (RN)

O estado do Rio Grande do Norte, com uma extensão territorial de 53.077,3 km², ocupa 3,42% de área da Região Nordeste, abrigando uma população de 3.006.273 habitantes. Tal como observado, nos demais estados brasileiros, existe uma forte concentração da população nos espaços urbanos, resultando numa taxa de urbanização de 71,8%. No entanto, essa população encontra-se distribuída de forma irregular na sua área territorial, refletindo significativamente na estrutura produtiva do estado.

Do ponto de vista econômico, as análises realizadas sobre a evolução do PIB, através dos dados apresentados pelo IBGE, mostraram que o estado do Rio Grande do Norte, no período de 1985 a 2004, apresentou um crescimento econômico de 3,0% a.a., superior a média nacional e a média da região, que apresentaram o mesmo crescimento (2,3% a.a.). Apesar de um crescimento positivo do PIB, o estado continuou tendo uma pequena participação na composição do produto nacional, em torno de 0,8%, a média, no período considerado.

Em virtude da crise econômica ocorrida na década de 1980, mudanças significativas ocorreram na economia do Rio Grande do Norte. A fim de resistir aos efeitos da retração da demanda interna, novas culturas não-tradicionais no estado passam a compor a pauta de exportação. O surgimento dessas novas atividades agroindustriais, como é o caso da fruticultura irrigada (pólo Assú-Mossoró) e a expansão da carcinicultura, levou a economia norte-rio-grandense a obter uma maior inserção no comércio internacional. Desde então, observou-se uma perda de posição relativa de produtos tradicionais como o sal e a lagosta, ao mesmo tempo em que se consolidaram os produtos como as frutas tropicais, os produtos de confeitaria, os produtos têxteis e o camarão. Essas novas potencialidades têm firmado o Rio Grande do Norte como um *pólo de desenvolvimento*.

Para tal realidade, o estado dispõe de excelentes condições climáticas para o cultivo da fruticultura tropical irrigada, tais como: elevada insolação, terras férteis localizadas nas regiões do Vale do Assú e Chapada do Apodi, além de água abundante em pleno clima semi-árido. Assim, com a introdução de modernas tecnologias que refletem em ganhos de produtividade, a fruticultura vem aumentando gradativamente sua participação na economia estadual. As baixas precipitações ocorridas na região em períodos de seca, ao contrário do que ocorre com as culturas de sequeiro, beneficiam significativamente a fruticultura irrigada no estado.

Diante desse cenário, o comportamento da economia do estado do Rio Grande do Norte frente ao comércio internacional tem-se destacado nos últimos anos. Conforme os dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), através da Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) e apresentado na Tabela 3, as exportações do estado passaram de US\$ 42 milhões em 1985 para US\$ 334 milhões, em 2006. Contextualizando esse intervalo de

tempo, o final da década de 1980 caracterizou-se pela proliferação de Planos de estabilização da economia brasileira (Planos – Cruzado, Bresser e Verão). Na década de 1990, o processo de abertura da economia brasileira favoreceu tanto ao crescimento das exportações como das importações. No estado, esse comportamento deveu-se, principalmente a atuação da Petrobrás que, elevou a produção de gás e petróleo no período. Em relação ao saldo da balança comercial do Rio Grande do Norte, vale destacar os anos de 1995 a 1997, período cujo resultado foi negativo, reflexo da implantação do Plano Real, que favoreceu as importações. A partir de 1998, o saldo da balança tem apresentado um comportamento positivo ascendente, passando de US\$ 13,2 milhões para US\$ 215,3 milhões, em 2006.

TABELA 3 – Rio Grande do Norte: evolução da balança comercial (1985 – 2006)

Em US\$ 1.000

Anos	Exportações		Participação no Total das Exportações	Importações		Saldo
	US\$ (FOB)	Var. Anual (%)		US\$ (FOB)	Var. Anual (%)	
1985	42.659	-	1,76	807	-	41.852
1986	27.947	-34,49	1,34	5.016	521,56	22.931
1987	47.978	71,67	1,97	4.890	-2,51	43.088
1988	60.047	25,16	1,92	8.488	73,58	51.559
1989	70.672	17,69	2,45	20.186	137,82	50.486
1990	88.800	25,65	2,93	21.889	8,44	66.911
1991	80.189	-9,70	2,80	6.826	-68,82	73.363
1992	72.934	-9,05	2,40	11.117	62,86	61.817
1993	81.288	11,45	2,70	16.736	50,54	64.552
1994	86.729	7,60	2,48	59.185	-45,87	27.544
1995	79.228	-8,65	1,87	81.621	37,91	-2.392
1996	94.876	19,75	2,46	101.543	24,41	-6.667
1997	93.536	-1,41	2,36	125.408	23,50	-31.872
1998	101.748	8,78	2,73	88.512	-29,42	13.236
1999	115.473	13,49	3,44	84.236	-4,83	31.238
2000	149.392	29,37	3,71	70.181	-16,68	79.211
2001	187.585	25,57	4,48	88.688	26,37	98.897
2002	223.602	19,20	4,81	115.543	30,28	108.059
2003	310.446	38,84	5,08	168.563	45,89	141.883
2004	573.603	84,77	7,14	139.486	-17,25	434.117
2005	413.317	-27,94	3,92	110.335	-20,90	302.982
2006	371.503	-10,12	3,20	130.450	18,23	241.053
MÉDIA	153.343	14,17	3,09	66.350	40,72	86.993

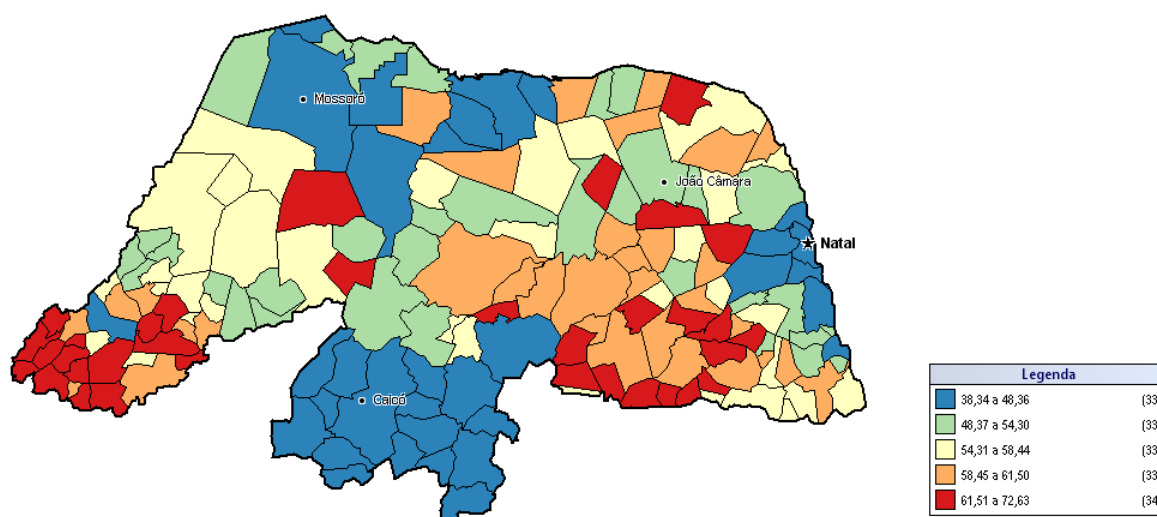
Fonte: MDIC/SECEX – Secretaria de Comércio Exterior. *Balança Comercial Brasileira por Regiões e Estados.*

Analisando de forma mais acurada os itens que compõem a pauta de exportação do estado, verifica-se que houve uma mudança em sua composição. Assim, em meados dos anos 80, os principais produtos concentravam-se nos seguintes grupos: 1) Peixes e crustáceos; 2) Frutas, cascas de cítricos e melões; 3) Algodão; e 4) Gorduras, óleos, ceras, animais e vegetais. Atualmente, o melão é a cultura de maior expressão na economia do estado, sendo sua produção destinada quase que exclusivamente ao mercado internacional. Com isso, a produção de melões frescos passou a ocupar a primeira colocação na pauta de exportação do estado, com uma participação de 14,26% de

todo o valor comercializado durante todo o ano, totalizando cerca de US\$ 47,7 milhões (FOB), o que representa um acréscimo de 4,13% em relação ao ano de 2005.

Em contraposição às áreas dinâmicas, existem espaços onde a desigualdade de renda é muito expressiva, no estado do Rio Grande do Norte. De modo especial, a região do semi-árido, concentra uma população que vive em condições precárias de vida, cujos indicadores sociais revelam uma baixa qualidade de vida. Dessa forma, com base nos dados contidos no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2007), verificam-se através do Índice de Gini e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) as diferentes condições de vida da população norte-rio-grandense.

FIGURA 2 – Rio Grande do Norte: mapeamento da intensidade da pobreza em 2000



Fonte: PNUD. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2007

De acordo com os dados da Tabela 4, verifica-se que as sub-regiões que sediam os principais pólos dinâmicos do estado do Rio Grande do Norte, encontram-se em melhores condições socioeconômica que os municípios que apresentam baixo índice de desenvolvimento. Dessa forma, em 2000, enquanto a renda *per capita* média das áreas dinâmicas era de R\$ 130,57, nos espaços cujas atividades econômicas permaneceram estagnadas, a população sobreviviam com apenas R\$ 51,39. Nesses municípios a intensidade de pobreza atingiu um percentual de 71,4%, enquanto que nas áreas dinâmicas foi de 50,63%. O índice de Gini que mostra a concentração de riqueza, um dos mais graves problemas do Nordeste, também indicou uma menor desigualdade, nas áreas de maior desenvolvimento.

TABELA 4 – Rio Grande do Norte: os principais indicadores socioeconômicos – ano de 2000

Municípios do Rio Grande do Norte		População Total	Renda per capita (R\$1,00)	Índice de Gini	Intensidade de Pobreza (%)	IDH-M	Taxa de Alfabetização (%)	Taxa de Mortalidade até 1 ano (%)
Sub-regiões que sediam Pólos Dinâmicos	Chapada do Apodi ²	70.290	85,62	0,54	55,14	0,635	68,52	54,63
	Litoral Sul ³	113.576	91,81	0,59	54,98	0,625	63,66	53,00
	Mossoró ⁴	274.976	121,36	0,53	48,05	0,671	71,38	43,73
	Natal ⁵	856.579	246,48	0,60	44,15	0,747	83,06	38,26
	Vale do Assú ⁶	124.753	107,58	0,57	50,83	0,641	64,31	50,78
MÉDIA		288.035	130,57	0,57	50,63	0,664	70,19	48,08
Municípios c/ Baixos Índices de Desenvolvimento	Água Nova	2.678	56,58	0,63	69,89	0,587	57,16	53,71
	Doutor Severiano	6.552	56,57	0,64	71,21	0,598	62,53	53,71
	Japi	6.328	51,76	0,67	72,63	0,570	51,33	45,10
	João Dias	2.596	50,49	0,65	70,84	0,587	55,41	46,32
	Venha-Ver	3.422	41,55	0,62	72,41	0,544	56,51	74,65
MÉDIA		4.315	51,39	0,64	71,40	0,577	56,59	54,70

Fonte: PNUD. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2007*. (Elaboração própria)

Em termos de níveis educacionais, a taxa de alfabetização também se mostrou maior nos Pólos dinâmicos (70,19%). Nos espaços com baixo índice de desenvolvimento, a média percentual foi de 56,59%, o que implica dizer, que embora se observe uma tendência de melhora no nível de instrução da população do estado, nessas áreas, cerca da metade da população é analfabeta. Com relação aos índices de mortalidade infantil (até 1 ano de idade) o Rio Grande do Norte, nos últimos anos, vem apresentando um decréscimo significativo, no entanto quando comparado com a média nacional, a taxa ainda supera a dos estados das demais regiões brasileiras, refletindo assim, as grandes desigualdades regionais que continuam existindo no Brasil. De acordo com os dados da Tabela 4, enquanto nas áreas dinâmicas, a taxa de mortalidade era de 48,08%, nos espaços com elevados índices de pobreza, essa taxa se elevou para 54,70%.

Cabe destacar, que assim como já visto na Bahia, o Rio Grande do Norte também apresentou desigualdades, ou seja, uma dinâmica econômica diferenciada das condições sociais da população, a riqueza é muito concentrada e os contrastes sociais são enormes. Dessa forma, verifica-se que a presença do grande capital contribuiu para o crescimento econômico e em menor intensidade para reduzir os déficits sociais. Assim, a realidade do estado revela uma heterogeneidade, apesar de alguns traços comuns, em sua economia.

² A Chapada do Apodi compreende os seguintes municípios: Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra e Governador Dix-Sept Rosado.

³ A sub-região Litoral Sul do estado do Rio Grande do Norte é composto por dez municípios, a saber: Arês, Baía Formosa, Canguaretama, Espírito Santo, Goianinha, Montanhas, Pedro Velho, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul e Vila Flor.

⁴ O pólo de Mossoró é composto por seis municípios: Areia Branca, Baraúna, Grossos, Mossoró, Serra do Mel e Tibau.

⁵ O aglomerado urbano formado pela cidade do Natal também abrange os municípios de Extremoz e Parnamirim.

⁶ O Vale do Assú, no estado do Rio Grande do Norte é composto por nove municípios: Assú, Alto do Rodrigues, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Jucurutu, Pendências, Porto do Mangue e São Rafael.

4.3 O ESTADO DO PIAUÍ (PI)

Na Região Nordeste, segundo os dados do IBGE, o estado do Piauí com uma extensão de 251.311,5 km² possui a terceira maior área, depois da Bahia e Maranhão, ocupando 16,2% do território nordestino. Com uma população de 3.009.190 habitantes, o que representa 5,9% do total da população do Nordeste, possui uma das menores rendas *per capita* e uma frágil estrutura produtiva, com uma participação de apenas 3,43%, na produção total da região.

Entretanto, as análises realizadas sobre a evolução do PIB estadual, através dos dados do IBGE, no período de 1985 a 2004, mostraram que o estado do Piauí apresentou um crescimento econômico médio de 3,4% a.a., superior a média nacional e a média da região, que apresentaram o mesmo crescimento (2,3% a.a.). Esse dinamismo econômico foi suficiente para dobrar o valor da produção local, passando de R\$ 4,4 bilhões para R\$ 8,6 bilhões. Apesar desse crescimento, o segundo maior da região, o estado continuou tendo uma pequena participação na composição do produto nacional, em torno de 0,5%, a média, no período considerado, o menor da região.

No contexto histórico brasileiro, a década de 1990 foi marcada pelo início do processo de privatização e por uma desordenada abertura comercial. Esse binômio acirrou a competição na economia regional, obrigando os setores econômicos a se modernizarem para sobreviverem nesse novo ambiente. Da mesma forma, que já verificado na Bahia e no Rio Grande do Norte, a economia piauiense também foi fortemente condicionada por esses fatores exógenos, que influenciaram o seu desempenho, ao longo dos últimos anos. Dessa forma, pólos produtivos se formam patrocinados pela ação do Estado e pelo capital privado, que contribui para a tímida inserção comercial externa do estado, se comparado aos demais estados do Nordeste.

Observando a Tabela 5, que apresenta a evolução da balança comercial do estado, entre os anos de 1985 a 2006, verifica-se que alguns traços gerais podem ser identificados, na trajetória das exportações piauienses. Em primeiro lugar, destaca-se a participação do Piauí no total das exportações na Região Nordeste, que ao longo desse período teve uma participação média de apenas 1,22%, figurando nos últimos lugares. Quanto às exportações e importações, os dados revelam a fragilidade da economia piauiense às mudanças nas políticas de ajustamento macroeconômico do país. Dessa forma, torna-se bastante visível, os diferentes momentos que as transações comerciais externas do estado coincidem com a mudança na política cambial do país. Mesmo assim, as exportações piauienses, em valor, mais que dobrou, nesse período. Em 1985, o valor total das exportações foi de US\$ 18,7 milhões, passando para US\$ 47,1 milhões em 2006.

Por conta desse incremento, a pauta de exportação do estado vem aos poucos se diversificando. Atualmente, os produtos de maior peso são: ceras vegetais, castanha de caju, soja, produtos químicos orgânicos, camarões e mel natural. Em menores dimensões, o estado vem

ganhando espaço na fruticultura, onde se destacam as culturas de manga, caju e limão-taiti para exportação. Vale salientar que, diferentemente dos estados da Bahia e do Rio Grande do Norte, a balança comercial do estado do Piauí, em todos os anos do período analisado, apresentou *superávits* o que mostra uma estabilidade no comportamento do fluxo comercial internacional.

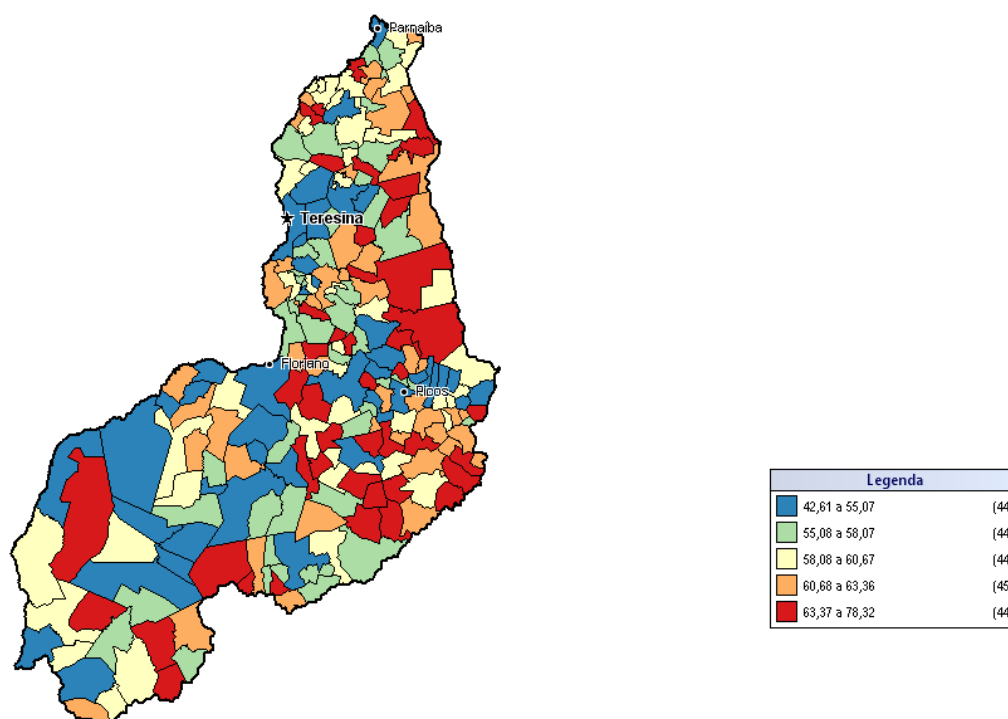
TABELA 5 – Piauí: evolução da balança comercial (1985 – 2006)

Em US\$ 1.000

Anos	Exportações		Participação no Total das Exportações	Importações		Saldo
	US\$ (FOB)	Var. Anual (%)		US\$ (FOB)	Var. Anual (%)	
			NE (%)			US\$ (FOB)
1985	18.778	-	0,77	899	-	17.879
1986	16.315	-13,12	0,78	2.811	212,68	13.504
1987	27.100	66,10	1,11	14.608	419,67	12.492
1988	40.082	47,90	1,28	2.000	-86,31	38.082
1989	36.003	-10,18	1,25	4.470	123,50	31.533
1990	32.403	-10,00	1,07	6.368	42,46	26.035
1991	40.043	23,58	1,40	7.231	13,55	32.812
1992	39.483	-1,40	1,30	6.120	-15,36	33.363
1993	64.450	63,23	2,14	6.378	4,22	58.072
1994	53.669	-16,73	1,53	16.825	163,80	36.844
1995	67.097	25,02	1,58	34.626	105,80	32.471
1996	62.427	-6,96	1,62	48.591	40,33	13.836
1997	61.941	-0,78	1,56	48.952	0,74	12.989
1998	58.809	-5,06	1,58	26.737	-45,38	32.071
1999	49.138	-16,45	1,46	12.805	-52,11	36.333
2000	63.355	28,93	1,57	15.917	24,31	47.437
2001	40.087	-36,73	0,96	15.533	-2,42	24.554
2002	48.063	19,90	1,03	12.841	-17,33	35.222
2003	58.682	22,09	0,96	10.295	-19,83	48.387
2004	73.333	24,97	0,91	16.571	60,96	56.763
2005	58.661	-20,01	0,56	14.929	-9,91	43.732
2006	47.127	-19,66	0,41	26.734	79,08	20.393
MÉDIA	48.048	7,84	1,22	16.011	49,64	32.037

Fonte: MDIC/SECEX – Secretaria de Comércio Exterior. *Balança Comercial Brasileira por Regiões e Estados*.

Nos espaços de dinamismo econômico no estado do Piauí encontram-se os principais pólos exportadores, tal como visto na análise dos outros dois estados neste trabalho. A localização espacial desses pólos coincide com as áreas que possuem a menor incidência de pobreza, conforme mostra a Figura 3 e os dados da Tabela 6. Como se pode verificar, existe uma forte concentração das exportações em cinco grandes espaços: 1) Alto Médio Gurguéia e 2) as Chapadas do Extremo Sul piauiense, onde se situam os pólos emergentes dos produtos derivados da soja; 3) O Litoral piauiense, principalmente a região do município de Parnaíba, onde se concentra a produção de peixes, camarões e crustáceos; 4) A sub-região de Picos, o sertão piauiense, que através de novas tecnologias passou a investir na agricultura irrigada, implantando um importante pólo de fruticultura, onde se destaca a produção de castanha de caju, que ocupa a segunda posição na pauta de exportação do estado; 5) Por fim, a área polarizada pela cidade de Teresina, capital do estado, onde estão localizadas as principais indústrias de couro, tecidos e confecção.

FIGURA 3 – Piauí: mapeamento da intensidade da pobreza em 2000

Fonte: PNUD. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2007*

Ao mesmo tempo em que diferentes espaços passam por uma intensa modernização, verifica-se que as demais áreas do estado permanecem estagnadas, revelando que o dinamismo econômico existente é restrito e seletivo segundo as potencialidades da região. Assim, essa convivência acaba definindo distintas trajetórias na economia local. Analisando os indicadores socioeconômicos, apresentados na Tabela 6, constata-se que em termos de níveis educacionais e mortalidade infantil, a situação relativa da população que vive nos municípios onde se localizam os pólos dinâmicos encontra-se em melhores condições. Em 2000, segundo os dados contidos no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2007), 64% dessa população era alfabetizada, enquanto que nos municípios caracterizados pelo baixo desenvolvimento, apenas 55% dos habitantes tinham sido alfabetizados. Vale ressaltar, que a taxa média de alfabetização da Região Nordeste é de 72,6%, o que mostra que mesmo nas áreas dinâmicas o estado do Piauí encontra-se abaixo da média regional. Em relação, ao índice de mortalidade, a situação piora, pois atinge uma média de 78,5% nas áreas pobres, contra 53,8% nas áreas dinâmicas, enquanto que a média nordestina é de 47,8%.

Utilizando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁷ para analisar a qualidade de vida, verifica-se que a situação social é praticamente igual nas duas áreas, ou seja, com exceção dos

⁷ Necessário ressaltar, que o IDH varia de 0 a 1 e segue a seguinte classificação: baixo desenvolvimento humano (índices até 0,499); médio desenvolvimento humano (0,500 a 0,799) e alto desenvolvimento humano (maior que 0,800).

municípios Betânia do Piauí e Milton Brandão, os demais encontram-se classificados como tendo médio desenvolvimento humano. Entretanto, quando o indicador é a renda *per capita*, as diferenças tornam-se mais visíveis. Os municípios que apresentavam os maiores índices de pobreza detinham uma renda média *per capita* de aproximadamente a metade, se comparado com as áreas dos pólos dinâmicos. As precárias condições de vida, a falta de alimentação, de trabalho e moradia são alguns aspectos que agravam o estado de pobreza de milhares de famílias, resultado de uma elevada concentração de renda, indicada aqui pelo índice de Gini.

Diante do exposto, as condições sociais apresentadas pela população do Piauí evidenciam que as transformações mais intensas aconteceram na base produtiva instalada do que na qualidade de vida, revelando ser o Piauí um estado com baixo índice de desenvolvimento. Mais uma vez, verifica-se que não há relação linear entre crescimento e desenvolvimento econômico.

TABELA 6 – Piauí: os principais indicadores socioeconômicos – ano de 2000

Municípios do Piauí		População Total	Renda <i>per capita</i> (R\$1,00)	Índice de Gini	Intensidade de Pobreza (%)	IDH-M	Taxa de Alfabetização (%)	Taxa de Mortalidade até 1 ano (%)
Sub-regiões que sediam Pólos Dinâmicos	Alto Médio Gurguéia ⁸	77.275	81,06	0,59	56,53	0,618	67,98	51,65
	Chapadas do Extremo Sul ⁹	76.344	73,66	0,59	60,11	0,606	71,54	55,43
	Litoral Piauiense ¹⁰	272.959	70,71	0,59	59,45	0,552	55,54	63,99
	Picos (Sertão) ¹¹	185.329	81,87	0,58	57,42	0,589	60,68	56,02
	Teresina ¹²	878.506	83,91	0,55	55,26	0,619	64,25	42,20
MÉDIA		298.083	78,24	0,58	57,75	0,597	64,00	53,86
Municípios c/ Baixos Índices de Desenvolvimento	Acauã	5.147	39,59	0,67	73,66	0,532	65,35	79,28
	Betânia do Piauí	8.640	35,49	0,49	78,32	0,497	51,13	79,28
	Campo Alegre do Fidalgo	4.451	51,28	0,65	71,13	0,529	55,81	76,23
	Curral Novo do Piauí	4.220	57,28	0,69	69,65	0,538	55,79	76,76
	Milton Brandão	6.900	36,82	0,60	70,00	0,494	49,08	81,14
MÉDIA		5.872	44,09	0,62	72,55	0,518	55,43	78,54

Fonte: PNUD. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2007*. (Elaboração própria)

⁸ A sub-região Alto Médio Gurguéia, no estado do Piauí é composta por onze municípios: Alvorada do Gurguéia, Barreiras do Piauí, Bom Jesus, Cristino Castro, Currais, Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Palmeira do Piauí, Redenção do Gurguéia, Santa Luz e São Gonçalo do Gurguéia.

⁹ As Chapadas do Extremo Sul Piauiense são formadas por nove municípios, a saber: Avelino Lopes, Corrente, Cristalândia do Piauí, Curimatá, Júlio Borges, Morro Cabeça no Tempo, Parnaguá, Riacho Frio e Sebastião Barros.

¹⁰ A sub-região Litoral Piauiense comporta quatorze municípios: Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes, Cajueiro da Praia, Caraúbas do Piauí, Caxingó, Cocal, Cocal dos Alves, Ilha Grande, Luís Correia, Murici dos Portelas, Parnaíba, Piracuruca, São João da Fronteira e São José do Divino.

¹¹ A região de Picos, em pleno sertão piauiense, possui dezenove municípios. Entre os mais desenvolvidos, considerando os que possuem os maiores IDH-M, estão: Picos, Bocaina, Dom Expedito Lopes, Oeiras e Santa Cruz do Piauí.

¹² O pólo de Teresina é formado por doze municípios: Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Teresina e União.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, a economia brasileira tem-se caracterizado por um crescimento instável e de baixo dinamismo. Com a abertura comercial, na década de 1990, e a inserção do Brasil no contexto mundial, a economia passou por intensa reestruturação produtiva, com impactos espaciais bastante diferenciados. Dessa forma, na busca de novas oportunidades de arbitragem ou de ganhos especulativos, os capitais se movem e provocam significativas alterações na dinâmica geral da economia nacional e regional.

Na Região Nordeste do Brasil, apesar da economia ter experimentado um avanço significativo e obtido transformações concretas sobre a sua estrutura produtiva, os investimentos realizados, ao longo dos cinquenta anos, causaram impactos diferenciados no espaço econômico, diversificando a produção. Cabe lembrar, que a dinâmica econômica da Região Nordeste teve por trás a ação decisiva do Estado. O papel indutor do Estado, sob a forma de inversões diretas e incentivos às inversões privadas das atividades econômicas, foi fundamental para o processo de desconcentração da produção e de redução das desigualdades regionais.

Percebe-se da análise dos três estados, a Bahia, o Rio Grande do Norte e o Piauí que, mesmo com as mudanças ocorridas na estrutura produtiva da região, os investimentos realizados comportam-se com características específicas a cada espaço. Na Bahia, analisando sob a ótica do PIB, verificou-se que o estado deteve um terço da produção regional, embora apresentasse uma das menores taxas de crescimento (1,8% a.a.) entre os anos de 1985 a 2004. Nas áreas de maior investimento, observou-se uma melhor distribuição de renda *per capita* e uma melhor qualidade de vida apontada pelo IDH-M. Ainda, em relação à Bahia, verificou-se uma maior inserção comercial apontada pela diversificação da pauta de exportação.

O Rio Grande do Norte, por sua vez, deteve uma posição intermediária na economia da região, vista através dos valores absolutos do PIB e pela taxa média anual de crescimento econômico no período (3,0% a.a.). A participação do estado na economia regional foi de 5,9% e em relação ao setor exportador verificou-se uma mudança na composição na pauta de exportação, apontando para a diversificação da produção, elevando a participação na Região Nordeste, passando de 1,76% em 1985 para 3,20% em 2006. Onde o investimento foi realizado, a renda *per capita* apresentou-se 2,5 vezes maior que nas outras regiões.

Quanto ao estado do Piauí, os dados indicaram que foi o estado que mais cresceu, alcançando a segunda maior taxa de crescimento do PIB da região (3,4% a.a.). Observou-se também que nos municípios que se localizam os pólos exportadores concentraram-se as maiores parcelas dos investimentos, apesar disso, o estado apresentou os maiores índices de disparidade de renda, apontando um IDH-M de 0,597.

Enfim, vale salientar que diversas áreas do Nordeste permanecem em situação de atraso relativo, apesar do crescimento e desenvolvimento diferenciado que ocorrem nas demais áreas em expansão. A continuidade desse crescimento, diante da internacionalização do espaço, aponta para a concentração espacial do investimento e uma tendência de retalhamento das áreas produtivas.

Numa perspectiva de aprofundamento da investigação sobre as disparidades regionais, devem-se buscar novas formas e alternativas de corrigir e regular as formas de produção sobre o espaço. Isso porque todas as concepções expostas aqui não encerram o debate sobre o tema. Na verdade torna o campo da *Economia Regional* sempre aberto a novas proposições e contribuições em diversos sentidos. Para tanto, pesquisas devem ser estimuladas visando ampliar as explicações sobre as novas realidades regionais e, conseqüentemente, sobre a dinâmica econômica regional.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

_____. **Por uma política nacional de desenvolvimento regional**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr.-jun. 1999.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-70/1970-1995**. 2. ed. rev. aum., Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998. (30 anos de Economia – UNICAMP, 2)

CASTRO, Lavínia Barros de. Privatização, Abertura e Desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). IN: GIAMBIAGI, Fábio (Org.) ... [et. al.]. **Economia brasileira contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GALVÃO, Olímpio José de Arroxelas; VERGOLINO, José Raimundo de Oliveira. **O comércio e a inserção competitiva do Nordeste no exterior e no Brasil**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 2004.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais **Contas regionais do Brasil, 1985-2004: informações por unidades da federação**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 mar. 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). SECEX – Secretaria de Comércio Exterior. **Balança Comercial Brasileira por Regiões e Estados**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 20 de mar. de 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes**. 3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Série: Estudos sobre o Nordeste, v.1)

PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da Nação**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Desenvolvimento do Software: ESM Consultoria Versão 1.0, 2003. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>. Acesso em: 02 jan. 2007.